



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 3039/2026

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE
2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º. do art. 165 da Constituição Federal, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias do Município de Santa Maria de Jetibá-ES para 2027, compreendendo:

- I** - as metas e prioridades da administração pública municipal;
- II** - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III** - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV** - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V** - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI** - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII** - as disposições finais.

CAPÍTULO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2027, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com as metas fiscais para o exercício de 2027, constantes do Anexo I da presente Lei.

Parágrafo Único. As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2027, se verificadas, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizadas na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos de 2026 e de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2027, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2027, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo Único. As prioridades e metas que trata o caput deste artigo estão definidas no Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração Municipal.



CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no Plano Plurianual, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;

II – ação, menor nível da categoria de programação, corresponde a operação da qual resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender o objetivo de um programa, incluindo-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias a outros entes da federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, doações, entre outros, e os financiamentos, sendo as ações, conforme suas características, assim classificadas:

a) atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

b) projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

c) operação especial, despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

III – órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

IV – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional;

V – concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VI – conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta e as entidades privadas, com os quais a administração municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VII - remanejamentos são realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro;

VIII - transposições são realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão;

IX - transferências são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

§ 1º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2027 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas, projetos, atividades ou operações especiais.

§ 2º. Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vincula.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 5º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades das administrações direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério da Economia, e suas alterações, a Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, e suas alterações, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, por categoria da programação, com as respectivas dotações, indicando para cada uma a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza de despesa e a modalidade de aplicação.

§ 1º. A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento (I).

§ 2º. Os grupos de natureza de despesa (GND) constituem a agregação de elementos de despesa que apresenta as mesmas características quanto ao objeto de gasto, observada a seguinte discriminação:

I – pessoal e encargos sociais (GND 1);

II – juros e encargos da dívida (GND 2);

III – outras despesas correntes (GND 3);

IV – investimentos (GND 4);

V – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas (GND 5); e

VI – amortização da dívida (GND 6).

§ 3º. A reserva de contingência prevista no artigo 8º desta Lei será classificada no GND 9.

§ 4º. A modalidade de aplicação (MA) indica se os recursos serão aplicados:

I – diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social;

II – indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos, exceto o caso previsto no inciso III deste parágrafo; ou

III – indiretamente, mediante delegação, por outros entes do Município ou consórcios públicos para aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos municipais.

§ 5º. A modalidade de aplicação (MA) referida no § 4º deste artigo será identificada da Lei Orçamentária, no mínimo, pelos seguintes códigos:

I – transferências à União (MA 20);

II – transferências a Estados e ao Distrito Federal (MA 30)

III – transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo (MA 31);

IV – transferências a Municípios (MA 40);



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

V – transferências a Municípios – Fundo a Fundo (MA 41);

VI – execução orçamentária delegada a Municípios (MA 42);

VII – transferências a instituições privadas sem fins lucrativos (MA 50);

VIII – transferências a instituições privadas com fins lucrativos (MA 60);

IX – transferências a instituições multigovernamentais (MA 70);

X – transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio (MA 71);

XI – execução orçamentária delegada a consórcios públicos (MA 72);

XII – transferências ao exterior (MA 80);

XIII – aplicações diretas (MA 90);

XIV – aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos, e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social (MA 91);

XV – aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos, e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social com consórcio público do qual o ente participe (MA 93);

XVI – aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos, e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social com consórcio público do qual o ente não participe (MA 94);

XVII – a definir (MA 99).

§ 6º. O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação “a definir” (MA 99).

§ 7º. É vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação “a definir” ou outra que não permita sua identificação precisa.

Art. 7º A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando vedada a consignação de recursos a título de transferências para unidades orçamentárias integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Art. 8º O valor da reserva de contingência será de, no mínimo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto no artigo 5º da Portaria MOG nº 42/1999 e artigo 8º da Portaria STN nº 163/2001.

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de outubro de 2027, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 9º. O Poder Executivo encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária, à Câmara Municipal no prazo estabelecido no artigo 3º da Lei Complementar Estadual nº 07, de 6 de julho de 1990.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 10. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada categoria de programação.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro somente poderá ser feita por Decreto Municipal, observados os limites legais autorizados, ou mediante prévia autorização legislativa, conforme previsto em lei.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 11. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2027, a aprovação e a execução da respectiva Lei deverão evidenciar a transparência da gestão fiscal, possibilitando amplo acesso às informações pela sociedade, em consonância com a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, e com a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 1º. Serão divulgados na internet pelo Poder Executivo:

I – as estimativas das receitas de que trata o artigo 12, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

II – o Projeto de Lei Orçamentária de 2027, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;

III – a Lei Orçamentária de 2027 e seus anexos;

IV – a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2027 e seus anexos.

§ 2º. Para assegurar a transparência e a participação da sociedade durante o processo de elaboração da proposta orçamentária serão promovidas audiências públicas, artigo 48 nos termos do da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 12. O Poder Executivo colocará à disposição dos demais Poderes, do Ministério Público e do Instituto de Previdência dos Servidores, até 18 de agosto de 2026, os estudos e as estimativas das receitas, inclusive da receita corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelecido no artigo 12, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo Único. O Poder Legislativo e o Instituto de Previdência dos Servidores encaminharão ao Poder Executivo suas respectivas propostas orçamentárias até 29 de agosto de 2026.

Art. 13. Os projetos de Lei Orçamentária de 2027 e de créditos adicionais, bem como suas propostas de modificações serão detalhados e apresentados na forma desta Lei.

§ 1º. Os créditos adicionais encaminhados pelo Poder Executivo e aprovados pelo Poder Legislativo serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva Lei.

§ 2º. Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º. As fontes de recursos aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser alteradas, por meio de decreto do Prefeito Municipal, nos limites fixados na Lei Orçamentária Anual.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 4º. O Projeto de Lei Orçamentária e a Lei Orçamentária para o exercício de 2027 deverão conter autorização para abertura de créditos suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da proposta orçamentária e da Lei Orçamentária.

§ 5º As alterações decorrentes de movimentação de dotação dentro da mesma modalidade de aplicação e no mesmo projeto ou atividade não serão abatidas do limite de 30% (trinta por cento) do total da proposta e da Lei Orçamentária.

Art. 14. As alterações decorrentes de abertura e reabertura dos créditos adicionais, nos limites fixados na Lei Orçamentária Anual, por intermédio de decreto do Prefeito Municipal, integrarão e modificarão os quadros de detalhamento de despesas.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a criar fontes de recursos e grupos de despesas em atividades, projetos e operações especiais consignados na Lei Orçamentária de 2027, conforme artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964, obedecido o limite autorizado no §4º do artigo 13 desta Lei.

Art. 16. Na programação da despesa os investimentos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos.

Art. 17. Em atenção do disposto no artigo 4º, inciso I, alínea “f” da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica estabelecido que a transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, que prestem serviços na área da saúde, fortalecimento da agricultura, cooperação técnica, mobilidade urbana e atividades voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, se outro prazo não for descrito no contrato ou em lei específica, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (Art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 18. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no Artigo 50, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo Único. Em atenção ao disposto no artigo 4º, inciso I, alínea “e” da Lei Complementar Federal nº 101/2000, os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 19. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2027 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas, conforme contido no artigo 4º, inciso I, alínea “e” da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 20. A Lei Orçamentária de 2027 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 21. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 22. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira, conforme disposto no artigo 31, § 1º, inciso II da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 23. O pagamento de Precatórios Municipais se dará na forma prevista no texto constitucional ou de norma municipal que posteriormente regulamente a matéria.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 24. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2027, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder direitos e vantagens, realizar concurso público e processo seletivo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter em temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2027.

Art. 25. Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes, Executivo e Legislativo, no ano de 2027, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2026, acrescida de até 10%, obedecidos os limites de 51,30% e 54,00% da Receita Corrente Líquida, respectivamente, conforme disposto no artigo 71 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 26. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores que prestam serviços essenciais para municipalidade, quando as despesas com pessoal atingir a 95% do limite estabelecido no artigo 20, inciso III da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 27. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000:

- I** – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II** – eliminação das despesas com horas-extras;
- III** – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV** – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 28. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra a substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO VII
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 29. Na hipótese de alteração na legislação tributária, posterior ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária de 2027 ao Poder Legislativo, e que implique em excesso de arrecadação, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, quanto à estimativa de receita constante do referido projeto de lei, os recursos correspondentes deverão ser incluídos por ocasião da tramitação do mesmo na Câmara Municipal.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Parágrafo Único. Caso a alteração mencionada no caput deste artigo ocorra posteriormente à aprovação da Lei pelo Poder Legislativo, os recursos correspondentes deverão ser objeto de autorização legislativa.

Art. 30. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita somente poderá ser aprovada caso atenda às exigências contidas no artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. A execução da Lei Orçamentária de 2027 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública Municipal.

Art. 32. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º. A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

§ 2º. Para assegurar o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos e a análise dos resultados econômicos e financeiros a que se refere o artigo 85 da Lei Federal nº 4.320/1964, integrarão os serviços de contabilidade do Município todos os órgãos e setores que possuam atribuições inerentes à escrituração e evidenciação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município.

Art. 33. Para efeitos do §3º do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites previstos no artigo 75 da Lei Federal 14.133/2021.

Art. 34. Na hipótese do Projeto de Lei Orçamentária de 2027 não ser sancionada pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2026, a programação dele constante, na forma da proposta enviada à Câmara Municipal, poderá ser executada, no máximo em 3 (três) meses, até que o projeto seja sancionado, até o limite de 1/12 (um doze avos), ao mês, do total de cada unidade orçamentária.

§ 1º. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 2º. Incluem-se no disposto no caput deste artigo as ações que estavam em execução em 2026.

§ 3º. Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo as dotações para atender às despesas com:

- I** – pessoal e encargos sociais;
- II** – benefícios assistenciais;
- III** – serviço da dívida;



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

IV – pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;

V – categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências da União e do Estado;

VI – categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aos recursos previstos no inciso anterior;

VII – calamidade pública.

Art. 35. Em cumprimento ao artigo 54 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias após o final do semestre.

Art. 36. Caso necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será feita de forma proporcional no montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes, investimento e inversões financeiras de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais.

Parágrafo Único. A limitação de empenho referida no caput deste artigo deverá ser realizada por cada Poder ou Órgão de forma autônoma, após apresentação das devidas justificativas, metodologia e memória de cálculo por parte do Poder Executivo, que comprovem que a realização da receita não comportará o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 37. Os Poderes Legislativo e Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, publicarão o quadro de detalhamento de despesa, por unidade orçamentária integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, especificando, para cada projeto, atividade e operação especial, a esfera orçamentária, a fonte de recursos, a categoria econômica, o grupo de despesa e a modalidade de aplicação, conforme estabelecido no artigo 6º da Portaria Interministerial nº 163/2001.

§ 1º. As alterações dos quadros de detalhamento de despesa que implicarem exclusivamente em alteração de modalidades de aplicação (MA), serão aprovadas por meio de atos administrativos próprios pelos Chefes de cada um dos Poderes.

§ 2º. O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido de execução orçamentária, bem como relatório indicativo de realização da receita, para fins de verificação do estabelecido nos artigos 9º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo ser-lhes-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 38. As unidades orçamentárias responsáveis pela execução dos créditos orçamentário e adicionais aprovados especificarão o elemento de despesa somente no momento em que se processar o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de natureza da despesa e modalidade de aplicação.

Art. 39. Até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 40. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar convênios com os Governos Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a aquisição de bens e para a realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 41. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Contratos/Termos de Colaboração, desapropriação de bens imóveis, Cessão de Servidores e Estagiários, manutenção de equipamentos, custeio de material de consumo, cessão de imóvel municipal, custeio de aluguel, junto aos órgãos da Administração Pública Estadual e Federal, Entidades Sem Fins Lucrativos, nos termos de Lei Municipal específica para tal fim.

Art. 42. Integram esta Lei os seguintes anexos e seus respectivos memoriais de cálculos:

- I** - Demonstrativo I – Metas Anuais;
- II** - Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício anterior;
- III** - Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais comparadas com as Fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV** - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- V** - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com alienação de ativos;
- VI** - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- VII** - Demonstrativo VI A - Projeção Atuarial do regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- VIII** - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia da receita;
- IX** - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- X** - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.
- XI** - Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração Municipal.

Art. 43. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 44. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 9 de julho de 2026.

RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2027

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, Iº)													RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029				
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	323.095.694,60	311.117.664,52	0,15	104,77	341.189.053,50	317.123.797,04	0,15	104,77	359.954.451,45	323.251.796,03	0,16	104,77	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	312.358.359,34	300.778.391,28	0,14	101,29	329.850.427,46	306.584.923,92	0,15	101,29	347.992.200,97	312.509.273,09	0,15	101,29	
Receitas Primárias Correntes	302.275.337,61	291.069.174,40	0,14	98,02	319.202.756,51	296.688.270,42	0,14	98,02	336.758.908,12	302.421.379,81	0,15	98,02	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	31.158.621,86	30.003.487,59	0,01	10,10	32.903.504,68	30.582.705,49	0,02	10,10	34.713.197,44	31.173.675,93	0,02	10,10	
Transferências Correntes	266.929.292,96	257.033.503,09	0,12	86,55	281.877.333,36	261.995.539,82	0,13	86,55	297.380.586,70	267.058.257,97	0,13	86,55	
Demais Receitas Primárias Correntes	4.187.422,79	4.032.183,72	0,00	1,36	4.421.918,47	4.110.025,10	0,00	1,36	4.665.123,98	4.189.445,91	0,00	1,36	
Receitas Primárias de Capital	10.083.021,73	9.709.216,88	0,01	3,27	10.647.670,95	9.896.653,50	0,01	3,27	11.233.292,85	10.087.893,27	0,01	3,27	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	323.095.694,61	311.117.664,53	0,15	104,77	341.189.053,51	317.123.797,05	0,15	104,77	359.954.451,45	323.251.796,03	0,16	104,77	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	317.097.294,72	305.341.641,52	0,15	102,82	334.854.743,23	311.236.267,81	0,15	102,82	353.271.754,10	317.250.498,05	0,16	102,82	
Despesas Primárias Correntes	295.272.055,45	284.325.522,82	0,14	95,75	311.807.290,56	289.814.432,53	0,14	95,75	328.956.691,53	295.414.714,07	0,15	95,75	
Pessoal e Encargos Sociais	133.929.661,92	128.964.527,61	0,06	43,43	141.429.722,99	131.454.190,30	0,06	43,43	149.208.357,75	133.994.369,09	0,07	43,43	
Outras Despesas Correntes	161.342.393,53	155.360.995,21	0,07	52,32	170.377.567,57	158.360.242,23	0,08	52,32	179.748.333,78	161.420.344,97	0,08	52,32	
Despesas Primárias de Capital	16.596.230,91	15.980.963,80	0,01	5,38	17.525.619,84	16.289.476,62	0,01	5,38	18.489.528,93	16.604.249,26	0,01	5,38	
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	5.229.008,36	5.035.154,90	0,00	1,70	5.521.832,83	5.132.358,66	0,00	1,70	5.825.533,64	5.231.534,72	0,00	1,70	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	366.386.407,88	352.803.474,13	0,17	118,80	386.904.046,72	359.614.352,00	0,17	118,80	408.183.769,29	366.563.424,90	0,18	118,80	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	336.685.379,83	324.203.543,41	0,15	109,17	355.539.761,10	330.462.299,07	0,16	109,17	375.094.447,96	336.848.047,01	0,17	109,17	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	366.386.407,88	352.803.474,13	0,17	118,80	386.904.046,72	359.614.352,00	0,17	118,80	408.183.769,29	366.563.424,90	0,18	118,80	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	360.388.008,00	347.027.451,13	0,17	116,86	380.569.736,45	353.726.822,78	0,17	116,86	401.501.071,95	360.562.126,93	0,18	116,86	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	(4.738.935,38)	(4.563.250,24)	0,00	(1,54)	(5.004.315,77)	(4.651.343,89)	0,00	(1,54)	(5.279.553,13)	(4.741.224,96)	0,00	(1,54)	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	(28.441.563,55)	(27.387.157,97)	(0,01)	(9,22)	(30.034.291,12)	(27.915.867,59)	(0,01)	(9,22)	(31.686.177,12)	(28.455.304,89)	(0,01)	(9,22)	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	18.963.692,78	18.260.657,47	0,01	6,15	20.025.659,58	18.613.179,82	0,01	6,15	21.127.070,85	18.972.854,95	0,01	6,15	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	2.150.000,00	2.070.293,69	0,00	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Pública Consolidada (DC)	3.468.204,60	3.339.628,89	0,00	1,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(60.849.044,20)	(58.593.205,78)	(0,03)	(19,73)	(67.919.014,73)	(63.128.449,23)	(0,03)	(20,86)	(71.654.560,54)	(64.348.323,22)	(0,03)	(20,86)	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	18.610.618,87	17.920.672,96	0,01	6,04	7.069.970,53	6.571.300,80	0,00	2,17	3.735.545,81	3.354.651,92	0,00	1,09	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria de Planejamento e Projetos, Emissão: 20/04/2026 10:35:13

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS			
	2027	2028	2029
PIB real (crescimento % anual)	2,00	2,00	2,00
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	73,46	76,30	78,80
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,45	5,50	5,50
Inflação Média (%anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,85	3,60	3,50
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	218.235.019.000,00	222.599.720.000,00	227.051.714.400,00
Receita Corrente Líquida - RCL	308.395.265,25	325.665.400,10	343.576.997,11

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2027
1,0385
2028
1,0759
2029
1,1135

Local/Data/Assinatura
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 20 de abril de 2026

RONAN ZOZOLOTO SOUZA DUTRA 093.313.427-48 Prefeito(a) LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOE 097.976.267-76 SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS
--

Gerado por: silvia.giordani
Provedor do Sistema: EL Produções de Software

Página 1 de 1
Menu: Contabilidade > Relatórios Customizados > Tela de Exibição de Relatório

20/04/2026



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS EXERCÍCIO ANTERIOR
2027

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	302.037.608,25	0,163	109,642	305.239.201,33	0,123	110,804	3.201.593,00	1,060
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	296.913.334,31	0,160	107,781	295.095.285,16	0,119	107,121	(1.818.049,00)	(0,612)
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	301.014.608,25	0,162	109,270	269.656.028,53	0,109	97,887	(31.358.579,00)	(10,418)
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	294.546.208,45	0,159	106,922	263.223.652,12	0,106	95,552	(31.322.556,00)	(10,634)
Receita Total (COM FONTES RPPS)	328.404.484,39	0,177	119,213	346.137.371,64	0,139	125,650	17.732.887,00	5,400
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	308.485.521,35	0,166	111,982	318.077.826,95	0,128	115,464	9.592.305,00	3,109
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	328.404.484,39	0,177	119,213	275.901.769,30	0,111	100,154	(52.502.715,00)	(15,987)
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	321.436.084,59	0,173	116,683	278.364.791,09	0,112	101,048	(43.071.293,00)	(13,400)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	2.367.125,86	0,001	0,859	31.871.633,04	0,013	11,569	29.504.507,00	1.246,427
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	(10.583.437,38)	(0,006)	(3,842)	39.713.035,86	0,016	14,416	50.296.473,00	(475,238)
Dívida Pública Consolidada (DC)	10.910.342,67	0,006	3,961	11.165.004,36	0,004	4,053	254.661,00	2,334
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(23.089.629,48)	(0,012)	(8,382)	(81.459.145,88)	(0,033)	(29,570)	(58.369.516,00)	252,795

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2025

Parâmetros	Valor Previsto 2025	Valor Realizado 2025
Previsão do PIB Estadual 2025		185.736.698.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual 2025		248.200.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria de Planejamento e Projetos, Emissão: 20/04/2026 07:53:31

Notas Explicativas

Local/Data/Assinatura

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ,20 de abril de 2026

RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA
093.313.427-48
Prefeito(a)

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2027

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, 2º, inciso II)												RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	270.027.822,79	302.037.608,25	11,85	326.676.843,14	7,02	323.095.694,60	-1,10	341.189.053,50	5,60	359.954.451,45	5,50	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	252.573.136,21	296.913.334,31	17,56	320.021.473,24	8,45	312.358.359,34	-2,40	329.850.427,46	5,60	347.992.200,97	5,50	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	270.027.822,79	301.014.608,25	11,48	326.676.843,14	21,15	323.095.694,61	-1,10	341.189.053,51	5,60	359.954.451,45	5,50	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	259.917.462,79	294.546.208,45	13,32	320.279.966,42	21,68	317.097.294,72	-0,99	334.854.743,23	5,60	353.271.754,10	5,50	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	290.451.947,00	328.404.484,39	13,07	354.676.843,14	2,47	366.386.407,88	3,30	386.904.046,72	5,60	408.183.769,29	5,50	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	272.997.260,42	308.485.521,35	13,00	348.021.473,24	9,41	336.685.379,83	-3,26	355.539.761,10	5,60	375.094.447,96	5,50	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	290.451.947,00	328.404.484,39	13,07	354.676.843,14	28,55	366.386.407,88	3,30	386.904.046,72	5,60	408.183.769,29	5,50	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	280.341.587,00	321.436.084,59	14,66	348.279.966,42	25,12	360.388.008,00	3,48	380.569.736,45	5,60	401.501.071,95	5,50	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	(7.344.326,58)	2.367.125,86	-132,23	(258.493,18)	-110,92	(4.738.935,38)	1.733,29	(5.004.315,77)	5,60	(5.279.553,13)	5,50	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	(14.688.653,16)	(10.583.437,38)	-27,95	(516.986,36)	-101,30	(28.441.563,55)	5.401,42	(30.034.291,12)	5,60	(31.686.177,12)	5,50	
Dívida Pública Consolidada (DC)	19.590.944,91	10.910.342,67	-44,31	7.140.581,01	-36,05	3.468.204,60	-51,43	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(19.409.055,09)	(23.089.629,48)	18,96	(42.238.425,33)	-48,15	(60.849.044,20)	44,06	(67.919.014,73)	11,62	(71.654.560,54)	5,50	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	(3.155.859,32)	3.680.574,39	-216,63	5.974.768,57	-84,91	18.610.618,87	211,49	7.069.970,53	-62,01	3.735.545,81	-47,16	
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	293.805.759,99	315.206.447,97	1,93	326.676.843,14	2,55	311.117.664,52	-4,76	317.123.797,04	1,93	323.251.796,03	1,93	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	274.814.059,79	309.858.755,69	1,93	320.021.473,24	3,92	300.778.391,28	-6,01	306.584.923,92	1,93	312.509.273,09	1,93	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	293.805.759,99	314.138.845,17	1,93	326.676.843,14	16,08	311.117.664,53	-4,76	317.123.797,05	1,93	323.251.796,03	1,93	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	282.805.108,38	307.388.423,14	1,93	320.279.966,42	16,59	305.341.641,52	-4,66	311.236.267,81	1,93	317.250.498,05	1,93	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	316.028.378,66	342.722.919,91	1,93	354.676.843,14	-1,81	352.803.474,13	-0,53	359.614.352,00	1,93	366.563.424,90	1,93	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	297.036.678,46	321.935.490,08	1,93	348.021.473,24	4,84	324.203.543,41	-6,84	330.462.299,07	1,93	336.848.047,01	1,93	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	316.028.378,66	342.722.919,91	1,93	354.676.843,14	23,18	352.803.474,13	-0,53	359.614.352,00	1,93	366.563.424,90	1,93	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	305.027.727,05	335.450.697,88	1,93	348.279.966,42	19,89	347.027.451,13	-0,36	353.726.822,78	1,93	360.562.126,93	1,93	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	(7.991.048,59)	2.470.332,55	1,93	(258.493,18)	-110,46	(4.563.250,24)	1.665,33	(4.651.343,89)	1,93	(4.741.224,96)	1,93	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	(15.982.097,18)	(11.044.875,25)	1,93	(516.986,36)	-101,25	(27.387.157,97)	5.197,46	(27.915.867,59)	1,93	(28.455.304,89)	1,93	
Dívida Pública Consolidada (DC)	21.316.071,80	11.386.033,61	0,00	7.140.581,01	-38,72	3.339.628,89	-53,23	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(21.118.165,24)	(24.096.337,33)	1,93	(42.238.425,33)	-50,31	(58.593.205,78)	38,72	(63.128.449,23)	7,74	(64.348.323,22)	1,93	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	(3.433.755,96)	3.841.047,43	-48,95	5.974.768,57	-85,54	17.920.672,96	199,94	6.571.300,80	-63,33	3.354.651,92	-48,95	
FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretária de Planejamento e Projetos, Emissão: 20/04/2026 10:36:17												

Notas Explicativas

Local/Data/Assinatura

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 20 de abril de 2026

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
093.313.427-48
Prefeito(a)

LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOE
097.976.267-76
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E
PROJETOS

Gerado por: Sílvia Helena Ferreira De Freitas Giordani
Provedor do Sistema: El Produções de Software

Página 1 de 1

Menu: Contabilidade > Relatórios Customizados > Tela de Exibição de Relatório

20/04/2026



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2027

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, §2º, inciso III)						R\$1,00
CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	218.392.594,51	100,00	183.468.587,25	100,00	145.305.874,93	100,00
Total	218.392.594,51	100,00	183.468.587,25	100,00	145.305.874,93	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(40.438.085,28)	100,00	(24.945.413,96)	100,00	(4.715.122,55)	100,00
Total	(40.438.085,28)	100,00	(24.945.413,96)	100,00	(4.715.122,55)	100,00
FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas. Data Emissão: 14/04/2026 10:42:27						
Notas Explicativas						
Local/Data/Assinatura						
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 14 de abril de 2026						
RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA 093.313.427-48 LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOE 097.976.267-76						



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2027

RECEITAS REALIZADAS	2025	2024	2023
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	856.753,00	632.315,29	1.219.082,19
Alienação de Bens Móveis	856.753,00	632.315,29	1.219.082,19
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2025	2024	2023
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	1.287.859,55	197.319,00	566.121,96
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.287.859,55	197.319,00	566.121,96
Investimentos	1.287.859,55	197.319,00	566.121,96
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2025	2024	2023
VALOR (III)	656.849,97	1.087.956,52	652.960,23
Notas Explicativas			
Local/Data/Assinatura			
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 14 de abril de 2026			
_____ RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA 093 313 427-48 _____ LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOE 097 976 267-76			

2026-V0J4LF - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 09/07/2026 13:58 PÁGINA 17 / 31



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
2027

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (I)	31.278.434,59	30.239.109,58	40.455.930,23
Receita de Contribuições dos Segurados	5.596.688,54	5.219.040,30	7.378.485,27
Ativo	5.568.865,01	5.191.960,73	7.332.895,68
Inativo	25.861,18	25.071,45	42.999,85
Pensionista	1.962,35	2.008,12	2.589,74
Receita de Contribuições Patronais	6.440.723,05	6.664.640,60	8.681.425,26
Ativo	6.440.723,05	6.664.640,60	8.681.425,26
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	13.816.821,69	8.135.089,51	17.526.801,62
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	13.816.821,69	8.135.089,51	17.526.801,62
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	5.424.201,31	10.220.339,17	6.869.218,08
Compensação Financeira entre os Regimes	11.862,52	1.082.689,84	484.313,31
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	5.412.338,79	9.136.266,88	6.384.901,05
Demais Receitas Correntes		1.382,45	3,72
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	25.866.095,80	21.102.842,70	34.071.029,18
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2023	2024	2025
Benefícios	10.945.778,53	11.684.354,86	13.938.667,94
Aposentadorias	9.781.868,80	10.545.517,87	12.740.658,36
Pensões por Morte	1.163.909,73	1.138.836,99	1.198.009,58
Outras Despesas Previdenciárias		17.470,73	3.624,60
Compensação Financeira entre os Regimes		14.703,30	3.624,60
Demais Despesas Previdenciárias		2.767,43	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	10.945.778,53	11.701.825,59	13.942.292,54
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2023	2024	2025
VALOR			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	14.920.317,27	9.401.017,11	20.128.736,64
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2023	2024	2025
VALOR	500.000,00	500.000,00	500.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2023	2024	2025
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	5.412.338,79	8.741.233,13	6.384.901,05
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.494,22	799,94	44.453,25
Investimentos e Aplicações	104.345.472,35	117.583.444,26	141.849.352,99
Outros Bens e Direitos	791.953,35	94.201.894,97	90.183.222,13



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AValiação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos
Servidores
2027

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeiras entre os Regimes			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
Benefícios			
Aposentadorias			
Pensões por Morte			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre os Regimes			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)²			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outros Bens e Direitos			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2023	2024	2025
Receitas Correntes	210.226,48	256.417,94	442.240,08
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	210.226,48	256.417,94	442.240,08
DESPESAS CORRENTES (XIII)	939.538,71	1.081.010,01	1.187.094,52
Pessoal e Encargos Sociais	431.078,66	504.919,03	587.849,80
Demais Despesas Correntes	508.460,05	576.090,98	599.244,72
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	14.639,30	3.829,89	539,80
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	954.178,01	1.084.839,90	1.187.634,32



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
2027

BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO			
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)2	2023	2024	2025
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	(743.951,53)	(828.421,96)	(745.394,24)
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa	111,43		
Investimentos e Aplicações	2.138.627,50	2.746.103,89	3.468.844,06
Outros Bens e Direitos			
Contribuições dos Servidores			
Demais Receitas Previdenciárias			
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVII)			
FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria de Planejamento e Projetos, Emissão: 14/04/2026 10:50:49			
Notas Explicativas			
Local/Data/Assinatura			
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ,			



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2027

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício anterior + c)
			Ativo Previdenciário	146.689.947,27
2026	23.948.899,97	18.472.286,51	5.476.613,46	152.166.560,73
2027	24.127.488,75	18.993.435,98	5.134.052,77	157.300.613,50
2028	24.307.863,41	19.412.309,25	4.895.554,16	162.196.167,66
2029	24.490.041,83	20.225.138,54	4.264.903,29	166.461.070,95
2030	24.674.042,02	20.825.206,32	3.848.835,70	170.309.906,65
2031	24.859.882,22	21.715.076,82	3.144.805,40	173.454.712,05
2032	25.047.580,82	22.717.531,96	2.330.048,86	175.784.760,91
2033	25.237.156,41	23.526.960,79	1.710.195,62	177.494.956,53
2034	25.428.627,75	24.159.639,24	1.268.988,51	178.763.945,04
2035	25.622.013,81	25.637.434,97	(15.421,16)	178.748.523,88
2036	25.817.333,73	27.016.120,33	(1.198.786,60)	177.549.737,28
2037	26.014.606,84	28.976.734,25	(2.962.127,41)	174.587.609,87
2038	26.213.852,69	30.492.950,53	(4.279.097,84)	170.308.512,03
2039	26.415.091,00	32.460.108,45	(6.045.017,45)	164.263.494,58
2040	26.618.341,68	33.674.758,25	(7.056.416,57)	157.207.078,01
2041	26.823.624,88	34.615.173,70	(7.791.548,82)	149.415.529,19
2042	27.030.960,91	36.117.990,21	(9.087.029,30)	140.328.499,89
2043	27.240.370,30	37.719.951,33	(10.479.581,03)	129.848.918,86
2044	27.451.873,78	39.629.635,18	(12.177.761,40)	117.671.157,46
2045	27.665.492,29	41.461.906,58	(13.796.414,29)	103.874.743,17
2046	27.881.247,00	43.007.773,43	(15.126.526,43)	88.748.216,74
2047	28.099.159,24	45.036.067,81	(16.936.908,57)	71.811.308,17
2048	28.319.250,62	46.817.634,31	(18.498.383,69)	53.312.924,48
2049	28.541.542,90	47.978.407,49	(19.436.864,59)	33.876.059,89
2050	28.766.058,11	49.920.428,39	(21.154.370,28)	12.721.689,61
2051	28.992.818,47	50.901.548,65	(21.908.730,18)	(9.187.040,57)
2052	29.221.846,43	52.330.611,84	(23.108.765,41)	(32.295.805,98)
2053	29.453.164,67	53.440.668,79	(23.987.504,12)	(56.283.310,10)
2054	29.686.796,10	54.039.068,24	(24.352.272,14)	(80.635.582,24)
2055	29.922.763,84	54.124.302,87	(24.201.539,03)	(104.837.121,27)
2056	30.161.091,26	54.211.954,28	(24.050.863,02)	(128.887.984,29)
2057	30.401.801,95	54.343.995,30	(23.942.193,35)	(152.830.177,64)
2058	30.644.919,75	54.897.668,75	(24.252.749,00)	(177.082.926,64)
2059	30.890.468,72	55.107.265,25	(24.216.796,53)	(201.299.723,17)
2060	31.138.473,19	55.064.404,60	(23.925.931,41)	(225.225.654,58)
2061	31.388.957,70	55.068.811,82	(23.679.854,12)	(248.905.508,70)
2062	31.641.947,06	55.267.846,09	(23.625.899,03)	(272.531.407,73)
2063	31.897.466,31	55.466.971,31	(23.569.505,00)	(296.100.912,73)
2064	32.155.540,75	55.666.183,65	(23.510.642,90)	(319.611.555,63)
2065	32.416.195,93	55.865.479,48	(23.449.283,55)	(343.060.839,18)
2066	26.589.435,56	56.064.855,27	(29.475.419,71)	(372.536.258,89)
2067	26.855.329,91	56.264.307,68	(29.408.977,77)	(401.945.236,66)
2068	27.123.883,21	56.463.833,47	(29.339.950,26)	(431.285.186,92)
2069	27.395.122,04	56.663.429,57	(29.268.307,53)	(460.553.494,45)
2070	27.669.073,26	56.863.093,02	(29.194.019,76)	(489.747.514,21)
2071	27.945.764,00	57.062.821,03	(29.117.057,03)	(518.864.571,24)
2072	28.225.221,64	57.262.610,92	(29.037.389,28)	(547.901.960,52)
2073	28.507.473,85	57.462.460,13	(28.954.986,28)	(576.856.946,80)
2074	28.792.548,59	57.662.366,26	(28.869.817,67)	(605.726.764,47)



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2027

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício anterior + c)
Ativo Previdenciário				146.689.947,27
2075	29.080.474,08	57.862.327,00	(28.781.852,92)	(634.508.617,39)
2076	29.371.278,82	58.062.340,19	(28.691.061,37)	(663.199.678,76)
2077	29.664.991,61	58.262.403,79	(28.597.412,18)	(691.797.090,94)
2078	29.961.641,52	58.462.515,87	(28.500.874,35)	(720.297.965,29)
2079	30.261.257,94	58.662.674,61	(28.401.416,67)	(748.699.381,96)
2080	30.563.870,52	58.862.878,34	(28.299.007,82)	(776.998.389,78)
2081	30.869.509,22	59.063.125,47	(28.193.616,25)	(805.192.006,03)
2082	31.178.204,31	58.827.501,70	(27.649.297,39)	(832.841.303,42)
2083	31.489.986,36	59.037.004,29	(27.547.017,93)	(860.388.321,35)
2084	31.804.886,22	59.246.353,19	(27.441.466,97)	(887.829.788,32)
2085	32.122.935,08	59.455.551,34	(27.332.616,26)	(915.162.404,58)
2086	32.444.164,43	59.664.601,66	(27.220.437,23)	(942.382.841,81)
2087	32.768.606,08	59.873.507,13	(27.104.901,05)	(969.487.742,86)
2088	33.096.292,14	60.082.270,74	(26.985.978,60)	(996.473.721,46)
2089	33.427.255,06	60.290.895,49	(26.863.640,43)	(1.023.337.361,89)
2090	33.761.527,61	60.499.384,40	(26.737.856,79)	(1.050.075.218,68)
2091	34.099.142,89	60.707.740,54	(26.608.597,65)	(1.076.683.816,33)
2092	34.440.134,32	60.915.966,98	(26.475.832,66)	(1.103.159.648,99)
2093	34.784.535,66	61.124.066,80	(26.339.531,14)	(1.129.499.180,13)
2094	35.132.381,02	61.332.043,12	(26.199.662,10)	(1.155.698.842,23)
2095	35.483.704,83	61.539.899,09	(26.056.194,26)	(1.181.755.036,49)
2096	35.838.541,87	61.747.637,86	(25.909.095,99)	(1.207.664.132,48)
2097	36.196.927,29	61.955.262,62	(25.758.335,33)	(1.233.422.467,81)
2098	36.558.896,57	62.162.776,58	(25.603.880,01)	(1.259.026.347,82)
2099	36.924.485,53	62.370.182,97	(25.445.697,44)	(1.284.472.045,26)
2100	37.293.730,39	62.577.485,04	(25.283.754,65)	(1.309.755.799,91)
2101	0,00	0,00	0,00	(1.309.755.799,91)
2102	0,00	0,00	0,00	(1.309.755.799,91)
2103	0,00	0,00	0,00	(1.309.755.799,91)
2104	0,00	0,00	0,00	(1.309.755.799,91)
2105	0,00	0,00	0,00	(1.309.755.799,91)
2106	0,00	0,00	0,00	(1.309.755.799,91)
2107	0,00	0,00	0,00	(1.309.755.799,91)
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício anterior + c)
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2027

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício anterior + c)
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2027

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício anterior + c)
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00
2101	0,00	0,00	0,00	0,00
2102	0,00	0,00	0,00	0,00
2103	0,00	0,00	0,00	0,00
2104	0,00	0,00	0,00	0,00
2105	0,00	0,00	0,00	0,00
2106	0,00	0,00	0,00	0,00
2107	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, Emissão: 16/04/2026 08:21:55

Notas Explicativas

Local/Data/Assinatura

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 16 de abril de 2026

RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA
093.313.427-48
Prefeito(a)

LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOE
097.976.267-76
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2027

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2027	2028	2029	
11000000000 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	Isenção	Instituição da alíquota progressiva da taxa de manejo de resíduos sólidos dos contribuintes previstos na Lei 2512/2021	345.000,00	0,00	0,00	Os valores das renúncias informadas foram considerados na estimativa de receita, portanto, sendo desnecessário informar as eventuais medidas de compensação conforme disposto no I, art.14 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.
Total			345.000,00	0,00	0,00	
Notas Explicativas						
Local/Data/Assinatura						
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ,14 de abril de 2026						
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA 093.313.427-48 Prefeito(a) LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOE 097.976.267-76 SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS						



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
2027

EVENTOS		Valor Previsto para 2027
Aumento Permanente da Receita		0,00
(-) Transferências Constitucionais		0,00
(-) Transferências ao FUNDEB		0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		0,00
Redução Permanente de Despesa (II)		1.325.170,34
Margem Bruta (III) = (I+II)		1.325.170,34
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		1.325.170,34
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuado)		1.325.170,34
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Público-Privada)		0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		0,00
Notas Explicativas		
Local/Data/Assinatura		
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 22 de abril de 2026		
_____ RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA 093 313 427-48 _____ LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOE 097 976 767-76		



Gerado por: [silvia.giordani](#)
 Provedor do Sistema: EL Produções de Software
 Página 1 de 2
 Menu: Contabilidade > Relatórios Customizados > Tela de Exibição de Relatório



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2027

PROJETOS



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
2027

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PMSMJ					
Programa: 0043 - APRIMORAMENTO E FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SUS					
Objetivo: Fortalecer e qualificar a Atenção Primária à Saúde (APS) no âmbito municipal, garantindo acesso oportuno, integral e resolutivo à população, com foco na prevenção, promoção e cuidado contínuo, por meio da ampliação da cobertura das equipes de Saúde da Família, melhoria da infraestrutura das unidades, valorização e capacitação dos profissionais, e integração dos serviços para assegurar a APS como porta de entrada preferencial e coordenadora do cuidado no SUS.					
ACÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.027	Infraestrutura da Atenção Primária à Saúde - Obras e Modernização	unidade	4,00	2.121.456,00	Infraestrutura física da APS construída, ampliada ou modernizada
2.109	Manutenção, Fortalecimento e Ampliação das Ações da Atenção Primária à Saúde Integradas à Estratégia Saúde da Família	percentual	87,00	14.786.250,09	Serviços de atenção primária à saúde executados
2.110	Manutenção e Fortalecimento das Ações dos Agentes Comunitários de Saúde	percentual	83,00	5.362.683,64	Famílias acompanhadas
2.111	Manutenção, Fortalecimento e Ampliação da Rede de Atenção à Saúde Bucal	unidade	18.750,00	5.300.071,16	Atendimento odontológico realizado
Total Programa				27.570.460,89	
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBA					
Programa: 0003 - TRANSPORTE ESCOLAR - UNIVERSITÁRIO					
Objetivo: Garantir o acesso e permanência nas unidades escolares dos alunos no município através do transporte escolar					
ACÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.004	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Superior	unidade	402,00	1.874.080,00	Alunos Atendidos
Total Programa				1.874.080,00	
Programa: 0006 - APOIO À AGROPECUÁRIA E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL					
Objetivo: Geração de conhecimento e renda, com foco na reversão do êxodo rural por meio da melhoria da qualidade de vida, incentivo ao associativismo e cooperativismo, acesso a novas tecnologias, fortalecimento e ampliação da produção e do acesso a novos mercados, da agricultura convencional e orgânica.					
ACÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.014	Equipamentos, Infraestrutura e obras para o desenvolvimento do setor agrícola	unidade	1,00	64.548,72	Equipamento /infraestrutura adquirido ou obra construída
2.009	Serviço de Inspeção Municipal	unidade	18,00	68.794,44	Agroindústria Regularizada
2.010	Realização de pesquisa, inovação e tecnologia no setor agropecuário	unidade	3,00	86.944,00	Pesquisa e Capacitação Apoiada
2.011	Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar	unidade	160,00	141.610,04	Agricultor Atendido
2.012	Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo	unidade	22,00	843.131,08	Associações e cooperativas agrícolas apoiadas
2.092	Manutenção das atividades do PRONAF - SMJ	unidade	68,00	2.266.166,40	Agricultor Atendido
Total Programa				3.471.194,68	
Programa: 0017 - TRANSPORTE ESCOLAR					
Objetivo: Garantir o acesso e a permanência nas unidades escolares dos alunos residentes no município através do transporte escolar.					
ACÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.025	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	unidade	3.855,00	15.690.873,47	Alunos Atendidos
2.027	Manutenção do Transporte Escolar da Educação Infantil	unidade	1.271,00	1.591.304,00	Alunos Atendidos
Total Programa				17.282.177,47	
Programa: 0018 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR					

Objetivo: Garantir a segurança, expansão, melhoria e adequação da Infraestrutura Escolar Municipal

ACÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
1.006	Construção, reforma e ampliação das unidades de ensino fundamental	unidade	3,00	6.121.516,39	Obra Construída/Reformada/Ampliada
1.007	Construção, reforma e ampliação das unidades de educação infantil	unidade	1,00	3.452.542,21	Obra Construída/Reformada/Ampliada
Total Programa				9.574.058,60	

Programa: 0021 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA FROTA PÚBLICA

Objetivo: Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) ação específica vinculada ao Programa de Gestão da Frota Municipal, contemplando dotações orçamentárias distintas para manutenção preventiva e corretiva, aquisição de peças e insumos, contratação de serviços de reparo, indenizações decorrentes de acidentes e renovação da frota, com previsão na LDO e alinhamento ao PPA. A ação deverá conter natureza de despesa compatível com cada tipo de gasto e valores estimados com base no histórico de despesas e projeção de necessidades para o exercício/A presente ação orçamentária tem por objetivo garantir a operacionalidade da frota pública municipal, assegurando recursos para manutenção preventiva e corretiva, aquisição de insumos, peças e veículos, bem como cobertura de eventuais indenizações decorrentes da atividade dos motoristas públicos. Trata-se de uma ação transversal que impacta diretamente na execução dos serviços essenciais como saúde, educação, obras e transportes.

ACÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.035	Renovação e manutenção de veículos	unidade	120,00	630.576,00	Veículo Adquirido/Mantido
2.103	Manutenção, Operação, Renovação e Reserva Técnica da Frota Pública	unidade	120,00	340.704,00	Veículo Adquirido/Mantido
Total Programa				971.280,00	

Programa: 0031 - APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS

Objetivo: Garantir o pagamento de aposentados e pensões oferecidas pelo plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social, impedindo a ocorrência de desequilíbrios financeiros e atuariais que possam ocasionar o comprometimento de recursos próprios .

ACÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.101	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	unidade	100,00	6.650.000,00	Aporte Mantido
Total Programa				6.650.000,00	

Total Geral

67.393.251,64

Notas Explicativas

Local/Data/Assinatura

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 22 de abril de 2026

RONAN ZOZOLOTO SOUZA DUTRA
093.313.427-48
Prefeito(a)

LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOE
097.976.267-76
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

Gerado por: silvia.giordani

Provedor do Sistema: EL Produções de Software

Página 1 de 1

Menu: Contabilidade > Relatórios Customizados > Tela de Exibição de Relatório

22/04/2026

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA

PREFEITO

GAB - SEGAB - PMSMJ

assinado em 09/07/2026 13:58:26 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 09/07/2026 13:58:26 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por IRENÍ ENDRINGER (SUPERINTENDENTE - SUPDO - SEGAB - PMSMJ)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-V0J4LF>